

HABEAS CORPUS Nº 486.439 - MG (2018/0345410-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : WALISSON COSTA ARAUJO (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO. FALTA GRAVE. AUSÊNCIA DE PRÉVIA APURAÇÃO POR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD). ILEGALIDADE CONFIGURADA. RESP N. 1.378.557/RS. REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. SÚMULA 533 DO STJ.
Ordem concedida nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Walisson Costa Araujo**, no qual se aponta como autoridade coatora a Sétima Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que deu provimento ao Agravo em Execução Penal n. 1.0672.16.015703-4/001, nos termos da seguinte ementa (fl. 76):

AGRAVO EM EXECUÇÃO - IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL - SENTENCIADO EM EXECUÇÃO DE PENA - APURAÇÃO DE FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE - AUSÊNCIA DE JUNTADA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - IRRELEVÂNCIA - SÚMULA N. 533, DO STJ - INAPLICABILIDADE.

-Tendo o apenado praticado conduta prevista como falta grave, necessária se faz a designação de audiência de justificação para apuração da eventual falta praticada pelo sentenciado.

-No caso dos autos, pode ser afastada a necessidade de realização o Processo Administrativo Disciplinar, desde que seja oportunizada a defesa do sentenciado na audiência de justificação, assegurando-se, portanto, as garantias processuais do contraditório e da ampla defesa.

-Para apuração de falta grave, o juiz não está vinculado ao PAD, sendo certo que as sanções estabelecidas pelas instâncias administrativas e judiciais são independentes entre si, possuindo natureza distinta.

Sustenta a defesa que *a instauração de procedimento administrativo é imprescindível para o reconhecimento da falta disciplinar, devendo, ainda, ser observado o direito ao contraditório e à ampla defesa, de forma que a*

ausência do procedimento, ou vício no mesmo, acarreta a nulidade absoluta, não se podendo reconhecer a falta grave, exatamente como procedeu o juiz de 1º grau (fl. 4).

Afirma que a apuração da falta grave em juízo, através de audiência de justificação, depende de prévio procedimento administrativo disciplinar válido (resguardado o direito de defesa do reeducando) (fl. 6).

Requer, assim, seja concedido o presente habeas corpus, para cassar o r. decisum de fls. 158/160, afastando o reconhecimento da falta grave imputada ao paciente (fl. 8).

Liminar indeferida (fls. 85/87).

Informações prestadas (fls. 89/93), o Ministério Público Federal ofereceu parecer pela não concessão da ordem (fls. 98/102).

É o relatório.

Da análise dos autos verifico a existência de nítido constrangimento ilegal a ser sanado.

Cinge-se a questão em saber se é imprescindível a instauração de procedimento administrativo disciplinar para fins de reconhecimento de falta grave no curso da execução penal.

Em que pese o entendimento do Tribunal *a quo*, a Terceira Seção desta Corte, em 23/10/2013, quando do julgamento do REsp n. 1.378.557/RS, da relatoria do Ministro Marco Aurélio Bellizze, uniformizou o entendimento da Quinta e da Sexta Turmas sobre o tema, estabelecendo que, para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, **é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional**, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado (grifo nosso). Nesse sentido, tem-se, inclusive, a Súmula 533/STJ.

Note-se que *o entendimento em testilha deve ser aplicado, inclusive, no tocante ao cometimento de falta disciplinar consistente na prática de crime doloso durante a execução da pena* (AgRg no HC n. 423.979/RS, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 14/3/2018).

Com base na jurisprudência acima, **concedo a ordem** de *habeas corpus* para restabelecer a decisão do Juízo da 2ª Vara Criminal, Execuções Penais e Cartas Precatórias Criminais da comarca de Sete Lagoas/MG (autos n. 672.16.015703-4).

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator